



ACÓRDÃO Nº1085/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11723/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Dieckson Weslen Otero Diogenes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1855/2022-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de **São Gabriel da Cachoeira**, exercício **2020**, sob a responsabilidade do **Sr. Dieckson Weslen Otero Diogenes**, Gestor e Ordenador de Despesas.
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Dieckson Weslen Otero Diogenes**, Presidente e Ordenador de Despesas, da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício 2020, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/96, (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2.002, atualizada até a Resolução nº 04, de 09/11/2018 – DOE-TCEAM, de mesma data), na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para



ACÓRDÃO Nº1085/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem, que tome as providências necessárias para a realização de certame público para o provimento do cargo de controlador interno e mantenha as pastas funcionais dos servidores devidamente atualizadas e que, passe a exigir a partir de então, já na vigência da nova Lei nº 14.320/2021, que sejam apresentadas e arquivadas as declarações de imposto de renda e proventos de qualquer natureza que tenham sido apresentadas à Receita Federal.

10.4. Dar ciência ao Sr. Dieckson Weslen Otero Diogenes, Presidente da Câmara e Ordenador de Despesas, da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício 2020, desta decisão.

10.5. Arquivar o processo, por cumprimento de decisão.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral